

Emaranhamento entre valor de uso e valor

Uma teoria do valor para a nova economia do projeto

Entanglement between use value and value
A theory of value for the new projectment economy

Tiago Camarinha Lopes*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.005>



Reprodução/AlitExpress

Sapo da riqueza, tradicional
amuleto da sorte chinês
decorado com moedas
antigas

RESUMO

Um caso especial de planejamento econômico surge quando as metades contraditórias da mercadoria se alinham em uma conexão curiosa e extremamente relevante. Seguindo a abordagem não dogmática de Ignácio Rangel à economia política teórica em seu livro *Elementos de economia do projetamento*, e fazendo uma analogia com o fenômeno físico de emaranhamento quântico, o artigo explica o emaranhamento entre valor de uso e valor resgatando as contribuições de Marx e Aristóteles à teoria do valor. Ao se debruçar sobre o fenômeno do emaranhamento, que leva a uma correlação poderosa, para o bem e para o mal, entre riqueza concreta e abstrata, a abordagem aqui apresentada se caracteriza como uma proposição de teoria do valor para a nova economia do projetamento. O artigo reforça a tese de que tal emaranhamento é uma característica fundamental do projetamento econômico atual da China, mas que ele também está presente no planejamento econômico de natureza capitalista, e, por isso, analisar politicamente como se está controlando a lei do valor é mais importante do que apenas averiguar o grau de controle sobre ela.

Palavras-chave: Ignácio Rangel. Lei do valor. Socialismo. China. Nova economia do projetamento.

ABSTRACT

A special case of economic planning arises when the contradictory halves of a commodity align in a curious and highly relevant connection. Following Ignácio Rangel's non-dogmatic approach to theoretical political economy in his book *Elementos de economia do projetamento* (elements of projectment economics), and drawing an analogy with the physical phenomenon of quantum entanglement, this article explains the entanglement between use-value and value by revisiting Marx's and Aristotle's contributions to value theory. By examining the phenomenon of entanglement, which leads to a powerful alliance, both for good and evil, between concrete and abstract wealth, the approach presented here proposes a value theory for the new projectment economy. The article supports the thesis that this alliance is a fundamental feature of China's current economic planning, but that it is also present in capitalist economic planning. Therefore, to politically analyze how the law of value is being controlled is more important than merely assessing the degree of control over the law of value.

Keywords: Ignácio Rangel. Law of value. Socialism. China. New projectment economy.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de todo o século XX existiram duas linhas de reflexão sobre o planejamento econômico. De um lado, o keynesianismo no Ocidente focava questões de emprego, distribuição de renda e desenvolvimento em termos amplos, sem grandes aprofundamentos sobre a dimensão geopolítica do processo colonizador capitalista, mas de modo muito pragmático em termos de melhoria das condições de vida das massas. De outro, a tradição do pensamento econômico socialista e marxista no Leste também se aprofundou no planejamento econômico, referindo-se a um conceito teórico central mas esquecido da economia política clássica: a lei do valor (Academia de Ciências da URSS, 1961; Engels, *s.d.*; Preobrazhensky, 1972, Stálin, 1952).

O economista maranhense Ignácio Rangel (1914-1994) foi pioneiro em buscar uma conexão entre essas duas linhas, que estiveram separadas ao longo do século XX devido, entre outros motivos, à rigidez ideológica que permeava o campo científico dos sistemas econômicos comparados. Resquícios desse padrão dogmático e excludente explicam, em parte, por que existe ainda hoje tanta resistência à abordagem criativa, eclética e autodidata de Rangel, principalmente quando se trata de teoria do valor, que é o núcleo teórico mais abstrato da luta de classes. Rangel nunca se intimidou com o cerceamento ideológico que brota da ignorância, e por isso buscava aproximações entre elementos que, à vista dos iniciantes, pareciam completamente desconexos.

Mesmo desafiador, o caminho proposto por Rangel vem sendo cada vez mais reconhecido como um dos mais consistentes para dar conta das transformações contemporâneas na economia mundial. Em especial, seu conceito de projetamento tem servido como referencial de base para desenvolver uma visão realista sobre a mudança no ordenamento geopolítico destas primeiras décadas do século XXI, como se depreende da análise sobre o socialismo do século XXI feita por Jabbour e Gabriele (2021). As diversas experiências históricas do planejamento econômico do passado e suas lições estão contidas hoje naquele país que lidera o processo de revolucionamento das forças produtivas no mundo: a China.

O presente artigo segue os passos de Rangel para fazer uma reflexão livre de dogmas sobre a lei do valor e as possibilidades de seu controle ou superação, gerando uma sistematização complexa e aberta cujo intuito é propor uma teoria do valor¹ para a nova economia do projetamento².

A tese deste artigo é que a grande obra teórica de Rangel, *Elementos de economia do projetamento* (Rangel, 1987), contém, em estado embrionário, uma teoria do valor que precisa ser desenvolvida adiante. Esse desenvolvimento é importante para explicar um fenô-

1 Na tradição da economia política marxista, existe uma noção bastante difundida de que a teoria do valor seria exclusividade do sistema de Marx, que remonta a Ricardo e Smith. A abordagem de Rangel, no entanto, reconhece que a vertente neoclássica, que deriva da revolução marginalista, também apresenta uma certa teoria do valor, principalmente quando se abstrai da diferenciação conceitual entre valor e preço. Isso significa que todas as correntes de pensamento econômico têm a sua teoria do valor, com características próprias. Considero essa perspectiva pluralista acertada, inclusive para fortalecer a dimensão de classe na conformação de determinada teoria do valor e preço, que é justamente o ponto crítico enfatizado por Marx. Sobre a metodologia analítica em teoria do valor aplicada aqui, ver Lopes (2022), em que a diferenciação conceitual entre o fenômeno objetivo da “lei do valor” e a apreensão mental sobre tal fenômeno em variadas “teorias do valor” é minuciosamente desenvolvida.

2 Sobre a nova economia do projetamento, ver Jabbour e Dantas (2021), Jabbour, Dantas e Espíndola (2020), Jabbour, Dantas e Vadell (2021), Jabbour et al. (2020) e Jabbour e Rodrigues (2021).



Fotomontagem com imagens de uma cédula de dinheiro chinesa e de um navio porta-contêineres ilustra os conceitos de valor de uso e valor

meno complexo, que chamamos de *entanglement* (Lopes, 2024), ou seja, “emaranhamento” entre valor de uso e valor. Esse emaranhamento está no âmago de uma modalidade peculiar de planejamento econômico, própria de um sistema econômico misto, no qual o ímpeto de valorização infinita do capital é integralmente dominado por projetos desenvolvidores de forças produtivas que, em um sistema político bem definido, podem ampliar o bem-estar da população trabalhadora e as condições objetivas para sua emancipação.

O termo *emaranhamento* vem da física quântica e se refere a uma situação na qual uma partícula está vinculada a outra de tal modo que, mesmo quando estão separadas por enormes distâncias, o observador de uma partícula consegue obter informações sobre a outra partícula imediatamente. Isso ocorre devido à correlação existente entre elas, que garante uma correspondência complementar de estados entre as partículas emaranhadas. A expressão *emaranhamento* reforça a ideia de que coisas que podem parecer completamente independentes, desvinculadas e apartadas uma da outra estão, na verdade, profundamente conectadas por uma “ação fantasmagórica a distância” (Einstein, 1971, tradução nossa). Nosso exercício de analogia trata o “valor de uso” e o “valor” como as duas partículas que podem estar emaranhadas, no sentido de que, apesar de comporem as metades contraditórias de unidade dialética chamada *mercadoria* e tensionarem sua existência pelo afastamento recíproco, elas também podem reforçar a manutenção desse sistema ao seguirem trajetórias correlacionadas³.

3 Para uma apresentação formal sobre o fenômeno do emaranhamento ou entrelaçamento quântico, ver Novaes e Studart (2016, p. 116-117) e Santos (2006). A expressão “ação fantasmagórica a distância” (*spooky actions at a distance*, do original em alemão *spukhafte Fernwirkungen*) foi usada por Einstein (1971) em uma carta a Max Born em 1947 e é amplamente empregada na divulgação científica para se referir às dúvidas e incertezas que ainda pairam sobre a teoria quântica (Knispel, 2008; Martinelli, 2022). A analogia aqui proposta é apenas um primeiro passo de elaboração exploratória sobre como Rangel concebeu de modo intuitivo e pouco acabado a noção de que, ao amarrar o valor de uso com o valor “com jeito”, poder-se-ia criar uma modalidade de planejamento que usasse a lei do valor como combustível para o incremento de valores de uso do interesse da população trabalhadora. Nesse sentido, o projetamento pode ser interpretado como um nível mais concreto de análise em comparação ao nível mais abstrato que descreve o emaranhamento entre valor de uso e valor.

Focar o emaranhamento entre valor de uso e valor é olhar para o conceito de projeto indutor de utilidade⁴ a partir de um ângulo diferenciado: aquele de um alto nível de abstração que leva a análise para os mistérios profundos do valor, da forma social mercadoria e da alienação, que possibilitam a exploração de seres humanos por seres humanos em sua modalidade capitalista (Marx, 1985).

Compreender o fenômeno do emaranhamento entre valor de uso e valor é fundamental para interpretar o planejamento econômico da realidade conflituosa entre socialismo e capitalismo, sendo particularmente relevante para estudar a realidade empírica do século XXI. A modalidade de planejamento em execução na China hoje é a forma mais avançada de controle sobre a lei do valor já posta em prática em uma economia real e de relevância no cenário global. O conceito de emaranhamento entre valor e valor de uso contribui para demonstrar que pôr a lei do valor sob controle humano por meio do projetamento econômico é uma etapa necessária mas insuficiente para completar a transição do capitalismo ao socialismo.

Além desta introdução, o artigo faz na seção 2 uma apresentação sistemática do conceito de lei do valor partindo da base materialista fisiocrata que subjaz ao modelo de Sraffa (1983)⁵. A seção 3 segue de perto Rangel (1987) para desenvolver a conexão entre as metades dialéticas da mercadoria: valor de uso e valor. Na seção 4, fazendo uma breve menção ao campo da empiria em sistemas econômicos comparados e argumentamos que os resultados do projetamento podem ser muito diferentes, ainda que utilizando basicamente a mesma técnica de emaranhamento, a depender da classe que está no comando de tal técnica.

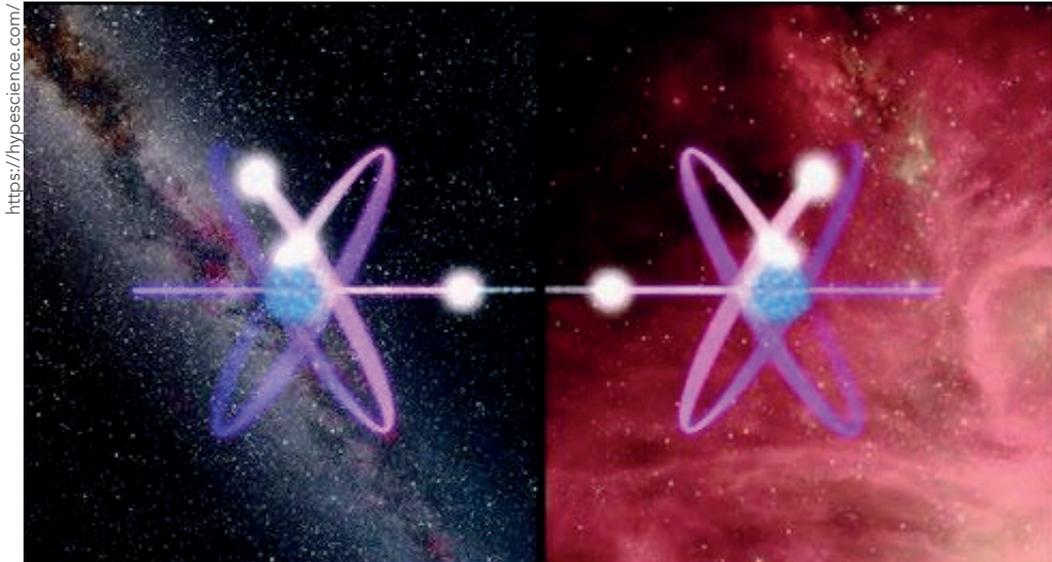
Na conclusão indicamos que o emaranhamento é um procedimento poderoso, e que seu domínio é intensamente disputado na luta de classes. Por isso, a superação do modo de produção capitalista requer um passo além do mero emaranhamento entre valor de uso e valor. O que se busca não é simplesmente um controle *apolítico* sobre a lei do valor por meio do esquema de emaranhamento, mas um crescente controle *por parte da classe trabalhadora* sobre a lei do valor, em seu combate contra o planejamento econômico ditado pela classe capitalista. Essa observação reforça a importância do marxismo como “exercício do poder político” (Jabbour e Capovilla, 2024), já presente nos estudos do socialismo não como um sonho idealizado, mas como um fenômeno objetivo, contraditório e real.

2. LEI DO VALOR E REPRODUÇÃO SIMPLES E AMPLIADA DOS VALORES DE USO

O conceito de lei do valor era um dos mais importantes na literatura da economia política clássica. A partir de uma reelaboração crítica da teoria do valor de Adam Smith e David Ricardo, Marx iniciou uma sistematização definitiva da lei do valor de modo disperso ao longo de todo o seu projeto da *crítica da economia política*.

⁴ O conceito de *projeto indutor de utilidade* vem sendo aprofundado por Jabbour nos últimos anos e apareceu inicialmente como *projeto produtor de utilidade* em Jabbour e Gabriele (2021, p. 233).

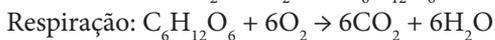
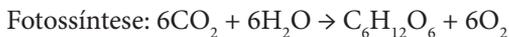
⁵ Castro (2014, p. 206) havia indicado que os fundamentos da obra de Rangel levam o leitor ao modelo do milho ricardiano e de seu desenvolvimento sraffiano, bem como ao capítulo de Marx sobre a mercadoria (o modelo do milho ricardiano se refere a um sistema econômico teórico composto por um único bem, milho, de modo que toda a dinâmica de produção — crescimento da quantidade do milho — e distribuição — como o milho é distribuído na economia — pode ser estudada de forma simplificada, sem as complicações envolvidas no problema de agregação). Concordamos com a observação de Rangel e apresentamos uma conexão passo a passo entre Sraffa e Marx, com a ajuda da reflexão de Aristóteles sobre o valor.



Representação do emaranhamento quântico, fenômeno físico no qual duas partículas se vinculam de modo que, mesmo quando estão separadas por enorme distância, o observador de uma consegue obter informações sobre a outra

Marx buscou seguir a intuição certa de Adam Smith de explicar como os desvios entre valor e preço não são arbitrários, mas seguem uma lógica rigorosa que subjaz à formação da taxa de juros global de uma economia. Ademais, Marx demonstrou que a lei do valor não é apenas um mecanismo de manutenção de valor, mas também de manutenção das condições que permitem a expansão infinita do próprio valor.

A linha Smith-Ricardo e Marx no desenvolvimento da teoria do valor se fundamenta na abordagem do excedente fisiocrata. Essa perspectiva materialista e objetivista pode ser solidamente formalizada, a despeito de desconsiderar completamente as subjetividades dos agentes econômicos, porque os processos físicos, químicos e biológicos que formam a base material de toda formação social humana não dependem desses julgamentos subjetivos. A fotossíntese e a respiração, por exemplo, fazem parte de um processo temporal transformativo da matéria que também possibilitou a emergência dos seres humanos e consequentemente de sua sociedade, história e cultura. Na notação tradicional do balanceamento químico, escrevemos:



O princípio do balanceamento estabelece que valores de uso (no caso, dióxido de carbono, água e gás oxigênio) devem ser combinados em determinadas proporções para garantir a reprodução simples (e ampliada) do sistema. Em princípio, o sistema econômico também pode ser desenhado como processos de transformação da matéria interrelacionados, em que há crescimento do que os economistas chamam de riqueza⁶.

⁶ Nessa primeira etapa, em linha com a forma de exposição de Rangel, o conceito de riqueza é restrito à dimensão puramente material, aproximando-se mais do que Marx chama de “necessidades do estômago”. Em uma segunda etapa, devem-se considerar também as “necessidades da fantasia”, uma vez que essa diferenciação não altera a análise sobre a relação social mercadoría. No exemplo da fotossíntese e respiração, o próximo passo seria escrever o processo de aumento de biomassa para se referir ao crescimento do sistema vivo.

Partindo dessa base materialista, Sraffa (1983) elaborou uma forma de apresentação revolucionária para a teoria do valor. Ele parte de um sistema econômico muito simples composto por apenas dois tipos diferentes de valores de uso — trigo e ferro:

280 arrobas de trigo + 12 t de ferro → 400 arrobas de trigo
 120 arrobas de trigo + 8 t de ferro → 20 t de ferro

Essas duas linhas representam um sistema econômico imaginário, composto por dois valores de uso que se combinam para continuar existindo. Os valores de uso selecionados por Sraffa (1983) para iniciar seu modelo se referem às análises clássicas do excedente, que tinham em conta unidades de produção no campo. É importante abstrair nesse momento da maneira como trigo e ferro atendem a necessidades humanas (assim como eles funcionam do ponto de vista físico-químico-biológico para se autorreproduzir). Nesse nível de abstração, não existe ninguém que se apropria do trigo e do ferro. Apesar de o trigo ser uma entidade viva e de o ferro não o ser, o que já aponta para uma hierarquia da relação entre sujeito e objeto, ainda não há necessidade dessa diferenciação. Ou seja, trigo e ferro se apropriam um do outro numa espécie de automatismo reprodutivo inconsciente.

O sistema pode ser expandido ao se adicionar outro valor de uso, porcos:

240 arrobas de trigo + 12 t de ferro + 18 porcos → 450 arrobas de trigo
 90 arrobas de trigo + 6 t de ferro + 12 porcos → 21 t de ferro
 120 arrobas de trigo + 3 t de ferro + 30 porcos → 60 porcos

Para que o processo se repita, esses valores de uso que formam a totalidade da riqueza material precisam entrar na matriz insumo de acordo com as proporções que possibilitam a mesma produção de 450 arrobas de trigo, 21 toneladas de ferro e 60 porcos.

A inclusão de porcos como terceiro elemento abre uma reflexão curiosa. Anteriormente tínhamos de imaginar uma fazenda em que o trigo era seu próprio cultivador (ou então o ferro, o que seria uma alternativa ainda mais estranha, dado que pelo menos o trigo é um ser vivo e o ferro não). Agora, os porcos, por estarem mais próximos dos seres humanos na escala geoevolutiva, que parte da materialidade da Terra rumo à formação de vida inteligente, podem plasticamente fazer as vezes dos fazendeiros, numa referência implícita à obra *A revolução dos bichos*, de George Orwell. Nessa fábula “srafforwelliana”, 60 porcos estão no comando do sistema, cultivando o trigo e se alimentando dele, consumindo e repondo continuamente suas ferramentas de ferro. As gerações da população estável de 60 porcos vêm e vão, assim como as quantidades de trigo e ferro são circularmente recompostas pela reprodução material que, desse ponto de vista puramente formal, não tem começo nem fim.

Esse modelo de subsistência pode ser escrito de modo geral adicionando-se mais linhas para outros setores, em que cada um se refere a um único tipo de valor de uso:

$$\begin{aligned} A_a + B_a + \dots + K_a &\rightarrow A \\ A_b + B_b + \dots + K_b &\rightarrow B \\ (\dots) & \\ A_k + B_k + \dots + K_k &\rightarrow K \end{aligned}$$

Esse emaranhamento está no âmago de uma modalidade peculiar de planejamento econômico, própria de um sistema econômico misto, no qual o ímpeto de valorização infinita do capital é integralmente dominado por projetos desenvolvidores de forças produtivas que, em um sistema político bem definido, podem ampliar o bem-estar da população trabalhadora e as condições objetivas para sua emancipação

Nesse ponto, Sraffa (1983) converte as linhas descritivas dos setores da economia em equações, enfrentando já o problema de agregação e inserindo no sistema de equações os preços de cada um dos valores de uso (a que ele já se refere como mercadorias). Essa transformação antecipa muitas coisas, uma vez que preços são categorias das mercadorias e não dos valores de uso, entre outros problemas. Manteremos a notação sem preços, para continuar tendo em vista o complexo diagrama de encaixes dos valores de uso que formam o sistema econômico em seu fluxo reprodutivo ao longo do tempo.

Enunciado tal sistema em forma matricial, em que cada item se dispõe espacialmente conforme a sequência anterior, definimos a matriz insumo $q = [A_a \dots K_k]$ e a matriz produto $Q = [A \dots K]$. Essas matrizes se intercalam sucessivamente, representando a sequência produção-distribuição da seguinte forma:

$$\dots \rightarrow q \rightarrow Q \rightarrow q \rightarrow Q \rightarrow \dots$$

Essa economia agora é um sistema autorreprodutivo que se remonta infinitamente. É pertinente problematizar esse padrão. A lógica de distribuição aqui é muito específica. Cada valor de uso da matriz produto retorna para a matriz insumo com a missão de viabilizar o re-começo do processo. Isso quer dizer que as proporções de combinação entre os valores de uso são mantidas para que o sistema possa continuar existindo sem diminuir nem crescer. A ideia por trás dessa lógica é o fluxo circular que garante a existência do sistema ao longo do tempo. Esse exercício é o padrão das reflexões sobre sistemas naturais que possuem propriedades de autorrestauração. Essa dinâmica equilibrada está presente desde a mecânica até a biologia, e na economia política ela aparece sintetizada no *Tableau économique* de Quesnay (1996).

Tudo ocorre de modo que o processo de restauração equilibrada possa acontecer. Tudo deve ser repetido como já ocorreu no passado, como se a lógica respeitasse uma lei da natureza. Essa dinâmica é capturada nas diferentes áreas na forma de leis naturais, pro-

cessos garantidores de regularidades que independem da ação humana. Por exemplo, na física é conceitualizada uma lei da gravidade conforme o sistema de Newton. Na química, é elaborada mentalmente uma lei de conservação da massa conforme o sistema de Lavoisier. Na economia política, aparece de forma dispersa, na literatura transitória entre os clássicos Smith e Ricardo e os socialistas antes de Marx, uma noção de lei do valor.

Até esse ponto, o modelo apresentado é um sistema que permanece com o mesmo tamanho ao longo do tempo. A quantidade total de valores de uso permanece constante. Além disso, está implícito que os coeficientes técnicos de produção também são sempre iguais, significando que a produtividade é constante. Esse tipo de reprodução econômica ainda não representa uma economia capitalista. Ele opera no nível da chamada circulação simples de mercadorias, em que a lei do valor já pode ser percebida como sequência de metamorfoses com manutenção da quantidade total de valor (Wright, 2008).

Só que a realidade diante da qual estamos não é uma economia de subsistência, mas sim uma economia capitalista. À primeira vista, isso parece ser um grande problema, porque é muito difícil garantir os encaixes perfeitos que garantam uma reprodução ampliada sem desajustes, que podem gerar crises. Contudo, operando em alto nível de abstração, pode-se afirmar que a dinâmica inconsciente do mercado cuida para que os diversos capitais em concorrência busquem as maiores taxas de retorno possíveis, gerando um processo equilibrador dos desequilíbrios. Isso gera um padrão de formação de uma taxa média de retorno do capital total do sistema e viabiliza a escrita de um modelo expansivo perfeitamente equilibrado.

Com base nessa realidade empírica da dinâmica econômica de mercado, foi sendo paulatinamente elaborado na economia política o conceito de lei do valor: a lógica de reprodução de um sistema econômico que deveria não apenas contemplar o nível de reprodução simples (mercado, circulação simples de mercadorias: $M - D - M$), mas também o de reprodução ampliada (capitalismo, reprodução ampliada de mercadorias que devem se reproduzir não só como mercadorias, mas também como capital: $D - M - D'$). A formação de excedente cria uma complicação para formalizar o funcionamento da lei do valor para além da reprodução simples de mercadorias.

Ainda sem especificar os detalhes do problema de agregação envolvido na constante alteração da relação entre os valores de uso e sua tendência de deixar de ser itens de consumo e se tornar meios de produção, podemos assumir que a combinação de $A_a, B_a, C_a \dots K_a$ no processo de produção gera o produto A' , uma quantidade maior do valor de uso "a" do que "A" ($A' > A$), e que o mesmo se aplica aos demais setores. O modelo matricial pode ser escrito então assim:

$$\dots \rightarrow Q \rightarrow q \rightarrow Q' \rightarrow q' \rightarrow Q'' \rightarrow q'' \rightarrow Q''' \rightarrow q''' \rightarrow \dots$$

Agora, em vez de escrevermos $D - M - D'$, precisando nos referir ao dinheiro para agregar todo o sistema num único vetor, observamos que esse movimento autoexpansivo do capital pode ser expresso como um conjunto de objetos úteis que se encontram numa trajetória de crescimento que abstrai do dinheiro. Ou seja, temos um sistema de valores de uso em expansão organizada que obedece à lógica da fórmula geral do capital em plena operação na esfera da produção:

$$\dots D - M - D' - M - D'' - M - D''' \dots$$

Isso é um sistema econômico de reprodução ampliada. Supomos que todas as equações de balanço estão mantidas. Além disso, estamos também supondo que as diferenças entre bens de primeira ordem (bens de consumo) e bens de ordem superior (meios de produção) estão sendo desmembradas para viabilizar a comparação intertemporal entre todos os bens⁷. As desproporções que geralmente ocorrem quando um sistema real cresce são evitadas pelas suposições do modelo. Assim, é como se cada setor crescesse com a mesma velocidade que os demais, havendo uma harmonia completa entre todas as partes que formam a totalidade. É também possível imaginar que há uma contínua identidade entre o sistema de valores e o sistema de preços, uma vez que todo acréscimo de valor anotado é diretamente referente à expansão do tamanho do sistema, e não a redistribuições que ocorrem internamente ao sistema. A reprodução capitalista real só consegue atingir esse balanço por meio das crises. É por essa razão que a lei do valor só consegue se manter no capitalismo desregulado por meio de crises.

Como a lei do valor opera agora? Como temos um excedente e estamos adotando a mesma lógica de restauração das condições anteriores, assumimos que o excedente é distribuído entre os diversos setores de modo a manter esse equilíbrio entre eles. Essa é justamente a tendência de manutenção permanente dos desequilíbrios que sustenta o sistema, conforme os exercícios realizados por Marx na manutenção da identidade “soma dos valores = soma dos preços de produção⁸”. O sistema é mantido em equilíbrio por meio de uma redistribuição contínua do excedente entre os diferentes setores. Mesmo que nunca haja um instante em que todos os setores recebam duas rodadas de recursos em idêntico montante, o que caracterizaria uma situação de equilíbrio estacionário, o sistema como um todo pode ser descrito como em equilíbrio dinâmico. Em outras palavras: o equilíbrio geral existe a partir da manutenção de vários desequilíbrios. Esse processo contraditório é descrito em minúcia no capítulo 9 do livro 3 de *O Capital*, em que Marx explica como a lei do valor, enquanto lei geral, impõe-se como tendência dominante. Desse modo, temos um padrão para recomençar o processo produtivo num patamar mais elevado em todos os setores de modo igualitário. É assim que a economia se expande com base na própria lei do valor. A lei do valor não é simplesmente manutenção de determinada quantidade de valor, mas principalmente manutenção das proporções da combinação entre os diferentes valores de uso que formam a totalidade de um sistema expansivo.

⁷ A diferenciação dos bens entre ordens distintas (inferior e superior) é uma classificação oriunda da teoria de Menger (1988). Segunda ela, todos os itens úteis podem ser categorizados numa linha contínua que vai dos bens finais de consumo direto até os bens intermediários mais complexos, como meios de produção e maquinaria e instalações pesadas.

⁸ O problema da transformação dos valores em preços de produção é uma controvérsia longa e registrada na literatura desde o final do século XIX. Para um mapeamento desse debate, ver Lopes (2012).

O projetamento deve ordenar e priorizar os investimentos que tragam o maior aumento possível de utilidade que leve, sem ambiguidades, ao incremento do bem-estar social total

Na reprodução ampliada, além de termos a manutenção do tamanho do sistema no processo circulatório expresso como $M - D - M$, temos também a dinâmica de expansão do tamanho desse sistema, expresso por $D - M - D'$. A lei do valor não é meramente um vetor de manutenção do tamanho total do sistema, mas principalmente um vetor de manutenção das proporções entre as diferentes partes do sistema, o que possibilita seu crescimento quantitativo por meio de ajustes expressos no *crash*. Segundo Rangel, o projeto teria condições de viabilizar essa expansão dos valores de uso (e consequentemente do bem-estar social) sem rupturas e crises.

3. EMARANHAMENTO ENTRE VALOR DE USO E VALOR EM RANGEL

Na introdução de *Elementos de economia do projeto*, Rangel enfatiza que a condução das atividades econômicas no século XX não está circunscrita à lógica de mercado. A figura do empresário, que antes era o agente decisor e que se concentrava na performance de uma única empresa, foi substituída pela do Estado, que “não está interessado no custo de uma empresa em particular, mas no custo suportado pela economia nacional como um todo” (Rangel, 1987, p. 10). Isso significa que o cálculo econômico individual foi substituído pelo cálculo econômico social, no sentido de que o que interessa não é o bem-estar de um único agente na economia, mas sim o bem-estar de toda a coletividade. O Estado, em contraste com o empresário (também chamado de empreendedor ou mesmo de proprietário privado dos meios de produção, sujeito capitalista), é a entidade capaz de fazer essa avaliação entre custo e benefício de projetos do ponto de vista de toda a coletividade. Em uma palavra: o cálculo econômico deixa de ser uma tarefa privada e se torna uma efetiva ação pública, segundo a qual o bem-estar social está no centro da função objetivo de toda decisão de investimento e alocação de recursos (Lopes, 2021, p. 788).

Rangel demonstra que o projeto público, por ser uma novidade no contexto de meados do século XX, precisa de muitos aperfeiçoamentos na área teórica. Uma das deficiências seria justamente o fato de que nos anos 1950 e 1960 as análises das atividades econômicas públicas eram marcadas pela ausência de cálculo econômico (Rangel, 1987, p. 19). De fato, um dos grandes desafios enfrentados pelos economistas socialistas é viabilizar a estrutura de contabilidade num sistema sem propriedade privada dos meios de produção, como bem argumentou, provocativamente, Mises (1935) no artigo *Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen*, que tornou o cálculo econômico socialista um debate mundialmente conhecido. Um dos propósitos da obra de Rangel foi justamente fornecer noções para que esse cálculo econômico social começasse a ser feito.

Rangel inicia a apresentação com a comparação entre duas entidades de enorme importância para o projeto — o custo e o benefício: “Toda a teoria do projeto não passa, em última instância, de um esforço para precisar estes dois termos, para com eles podermos construir uma razão — razão por quociente ou por diferença, conforme a resposta que queiramos obter.” (Rangel, 1987, p. 25)

Isso implica que custo e benefício precisam ser mensurados quantitativamente com um mesmo padrão. Uma única qualidade deve servir como parâmetro para a comparação quantitativa entre custo e benefício. Nesse ponto, Rangel destaca um primeiro fator para viabilizar o projeto: a homogeneidade.



A abordagem de Ignácio Rangel promove um encontro único entre Marx (esq.) e Keynes (dir.), redundando numa visão do conceito de utilidade que une Aristóteles (centro) aos dois autores

Reportando-se ao campo da engenharia, Rangel salienta que as diferentes formas de energia (química, elétrica, mecânica) podem todas ser reduzidas a um denominador comum, e é isso que viabiliza a comparação entre custo e benefício quando se observa a economia a partir da perspectiva da riqueza enquanto objetos que carregam utilidade. Para Rangel, portanto, antes de se falar em quantidade de valor em termos de dinheiro é crucial ter uma noção robusta de quantidade de valor de uso. Esse é um momento desafiador na exposição de Rangel, porque é contraintuitivo em relação à maneira como a apresentação original de Marx sobre a contradição fundamental contida na mercadoria, a oposição entre valor de uso e valor, foi difundida na literatura.

Rangel explicita que a dimensão de riqueza que interessa num primeiro momento é a riqueza como conjunto de coisas que são úteis à sociedade humana e que “[t]odo cálculo econômico visa a pôr em evidência esse atributo das coisas”, de modo que “podemos agora definir benefício e custo como a soma de utilidade contida respectivamente nos produtos e nos fatores” (Rangel, 1987, p. 27).

A questão que emerge aqui é que cada objeto concreto útil apresenta uma dimensão específica para o atendimento de necessidades humanas, que por definição não pode ser diretamente comparada. Uma certa quantidade de minério de ferro serve para construir outros bens de ordem inferior, enquanto um par de sapatos funciona como bem final para proteger os pés. Rangel (1987, p. 28) explica que a utilidade que lhe interessa é o que ele chama de “utilidade abstrata”, que é dada pela vida prática do consumidor conforme ele avalia de que forma os diversos objetos concretos satisfazem-lhe as necessidades. Isso conduz a análise ao campo da psicologia e, conseqüentemente, a uma área da teoria do valor totalmente alheia à tradição objetivista da fisiocracia, à qual pertencem Adam Smith, David Ricardo e Marx.

Rangel deixa subentendido que o processo de abstração das diferentes utilidades e formação de uma única dimensão qualitativa para a utilidade (utilidade abstrata) ocorre na

realidade por meio da interação entre os agentes que formam a sociedade. Esse é o mesmo caminho adotado pelos teóricos do valor subjetivo, como Friedrich von Wieser, Knut Wicksell, Irving Fisher e Friedrich Hayek. Ou seja, a teoria do valor de Rangel parte da perspectiva materialista dos fisiocratas mas não despreza nem desconsidera a dimensão subjetiva de toda a corrente que se consolidou na esteira da revolução marginalista⁹.

Na visão de Rangel, a função do projetamento é viabilizar a execução de obras e empreendimentos cuja diferença entre custo e benefício, do ponto de vista da quantidade de utilidade que seus insumos e produtos fornecem, seja maximizada. Ou seja, o projetamento deve ordenar e priorizar os investimentos que tragam o maior aumento possível de utilidade que leve, sem ambiguidades, ao incremento do bem-estar social total. É nesse sentido que o plano deve buscar uma trajetória de crescimento equilibrada, ponderando todos os efeitos dos projetos e sempre tendo como norte o benefício público.

Isso contrasta fortemente com o paradigma do mercado e da mão invisível. Segundo a filosofia liberal, a economia geraria o maior bem-estar social possível se cada agente individual pudesse perseguir seus objetivos de enriquecimento privado livremente. A obra de Rangel se insere em um período do pensamento econômico em que esse tipo de raciocínio já fora completamente superado. A questão não é mais “Mercado ou planejamento?”, mas sim “Que tipo de planejamento é o mais apropriado para a maximização da utilidade abstrata total?”.

O problema aqui é que, do ponto de vista formal de escrita das matrizes de insumo e produto, não é trivial distinguir entre o planejamento econômico de expansão dos valores de uso e o planejamento econômico de natureza capitalista (Lopes; Neder, 2017). Por quê? Porque a dinâmica de expansão disso que Rangel chama de utilidade abstrata total coincide com a expansão do que Marx chama de riqueza abstrata, ou dinheiro. Nesse sentido, existe uma conexão, um enlace entre as dimensões do valor de uso e do valor que pode explicar como a lei do valor pode ser posta sob o controle do Estado.

O emaranhamento entre valor e valor de uso aponta para a possibilidade formal de transformar o movimento expansivo do capital em um movimento de crescimento das possibilidades de atendimento de necessidades humanas por via da produção de itens úteis. O crescimento da quantidade de dinheiro, ou valor, expresso na acumulação infinita de capital pode estar acompanhado do crescimento da quantidade de utilidade abstrata, na acepção de Rangel, fazendo com que a lei do valor esteja funcionando não com o propósito do movimento $D - M - D'$, mas de um movimento paralelo a esse, que não o suprime completamente, mas o acompanha gerando níveis crescentes de potencial para satisfação de necessidades humanas.

É importante adiantar que o caráter subjetivista das necessidades humanas elevadas (necessidades da fantasia em contraste com necessidades do estômago) abre uma série de

⁹ O princípio da dialética requer que a contradição objetividade-subjetividade esteja presente na teoria geral do valor. Nesse sentido, o chamado de Rangel para buscar a conexão entre as teorias do valor objetivo e subjetivo deve ser prontamente atendido por todos que seguem a metodologia de investigação de Hegel e Marx. O presente trabalho não tem a pretensão de finalizar uma eventual síntese, mas de simplesmente desinterditar o debate acerca das possibilidades dessa aproximação. Sabemos que, no presente estágio do debate teórico em economia, a compatibilidade entre as teorias “objetivas” e “subjetivas” do valor não é óbvia nem livre de críticas, embora um sistema coeso e coerente com Marx, mas inacabado, já tenha sido apresentado nos anos 1960 por Lange (1963). Não se propõe aqui também que tal conexão implique o abandono das respectivas posições políticas, mas sim que é necessário aprofundar e desenvolver extensamente os conceitos apresentados por Rangel, como *utilidade abstrata*, *utilidade abstrata total*, *utilidade pública*, *valor de uso público*. Para um tratamento sistemático e aglutinador de todas as teorias do valor trabalho, ver Lopes (2022).



Como Rangel aponta corajosamente, a divisão da teoria do valor em duas correntes (a da utilidade, para o marginalismo, e a do valor trabalho, para o marxismo) é um erro grave que foca

divergências de superfície apenas. É necessário encontrar a conexão entre essas duas correntes, porque o enfoque na utilidade é absolutamente necessário para a realização do cálculo econômico social, como Rangel argumenta

possibilidades que podem ser fortemente conflitantes do ponto de vista do programa político que está no comando da lei do valor. Por exemplo, a planificação capitalista cria e supre necessidades humanas que reforçam a condição de alienação dos indivíduos, por meio de diversos produtos que são objeto de intenso debate público (drogas, jogos, entretenimento etc.). Ou seja, como as necessidades elevadas se relacionam fortemente com a dimensão da felicidade, não é possível dizer de antemão que o controle sobre a lei do valor equivale imediatamente ao sucesso do processo de transição do capitalismo para o modo de produção sob comando da classe trabalhadora¹⁰.

10 Um dos momentos em que Rangel relembra que o controle sobre a lei do valor é necessário mas insuficiente para o sucesso da transição está no começo do capítulo IV de *Elementos de economia do projetamento*, quando ele retoma a definição do problema de maximização como maximização do benefício em termos de utilidade total contida no produto: “Não basta, portanto, multiplicar a produção de bens, mas produzir bens necessários. O país não enriquece pela simples expansão do volume físico de sua produção, se o acréscimo não corresponder à satisfação de uma necessidade qualquer, se não contiver utilidade.” (Rangel, 1987, p. 91) Ainda assim, Rangel parece não notar que o critério de necessidade adotado por ele é muito vago. No capitalismo, um indivíduo que possua uma enorme quantidade de dinheiro é capaz de entortar toda a economia para produzir bens que são a princípio antissociais. No sistema de mercado, o que define se a coisa é útil ou não é a soberania do consumidor: se ele tiver dinheiro suficiente e quiser encomendar determinado bem, o bem será produzido, por menos socialmente útil que ele seja. O complexo industrial militar ocidental, que age como norteador do planejamento de natureza capitalista e encontra na guerra e na destruição sua única saída, é o exemplo mais nítido desse tipo de maximização de itens úteis em abstrato, cujo efeito concreto negativo sobre a classe trabalhadora é óbvio.

Para visualizar melhor o emaranhamento do valor com o valor de uso, voltemos a atenção para a análise da célula do capitalismo. A mercadoria é unidade de valor de uso e valor, sendo que cada uma dessas metades se desdobra num par dialético qualidade-quantidade. Contudo, seguindo Rangel no capítulo II de *Elementos de economia do projetamento*, vemos que, antes do padrão de análise empreendida pela economia política clássica a respeito da dicotomia entre utilidade e troca, Aristóteles havia indicado que a própria troca pode ser entendida como uma modalidade de uso do objeto: o sapato pode ser usado para calçar, mas também pode ser usado para ser trocado por um outro objeto. O primeiro uso é o “uso próprio”, relacionado com a manutenção da *oikos*, e o segundo é o “uso impróprio”, que, se estiver vinculado à perseguição de mais dinheiro, Aristóteles associa à crematística, “a arte de fazer dinheiro”¹¹.

Rangel afirma que existe uma conexão mais profunda entre valor de uso e valor do que aquela apontada por Marx. Marx simplesmente mencionou que, para haver valor, o objeto deve ser portador de valor de uso (sem especificar a quantidade ou qualidade desse valor de uso). Apesar de Marx explicitamente mencionar que todo valor de uso tem uma dimensão quantitativa e qualitativa, para ele o valor não deriva daí de modo tão direto¹². Em vez desse caminho, Marx busca desde cedo fundamentar a tese de que todos os valores de uso possuem um terceiro elemento em comum, que é o fato de serem produtos do trabalho humano. Essa linha de argumentação se insere num contexto em que os economistas já começavam a abandonar a teoria do valor trabalho, uma vez que ela havia sido sabiamente apropriada pelos socialistas utópicos.

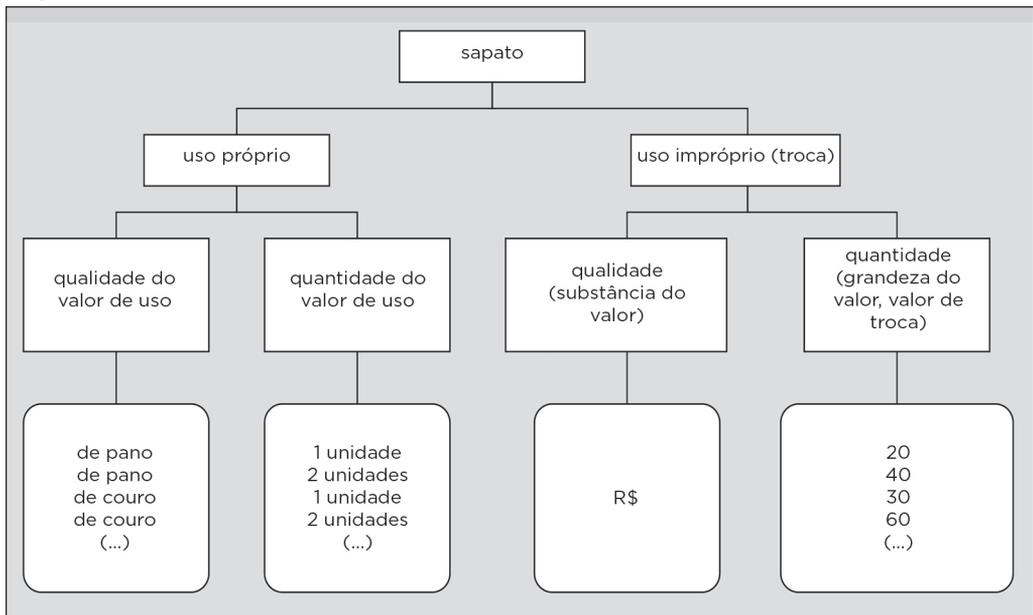
No entanto, como Rangel aponta corajosamente, a divisão da teoria do valor em duas correntes (a da utilidade, para o marginalismo, e a do valor trabalho, para o marxismo) é um erro grave que foca divergências de superfície apenas. É necessário encontrar a conexão entre essas duas correntes, porque o enfoque na utilidade é absolutamente necessário para a realização do cálculo econômico social, como Rangel argumenta.

A figura 1 mostra que existe uma contrapartida direta entre as duas modalidades de uso do sapato, sendo uma alternativa aristotélica de leitura da figura “A mercadoria”, publicada em outro artigo de nossa autoria (Lopes, 2015, p. 708). O uso próprio se refere ao sapato como item com um propósito específico, e assim ele precisa ser descrito qualitativa e quantitativamente. Na primeira linha dos quatro quadros inferiores do diagrama, temos um exemplo de par de sapatos completamente definido: uma unidade de par de sapatos de pano. Na segunda linha temos a mesma qualidade do referido produto, mas agora temos dois pares de sapatos. Na terceira linha temos uma unidade de par de sapatos de couro, ou seja, é um produto de outra qualidade em comparação com o caso das linhas anteriores. A quarta linha mostra duas unidades de pares de sapato de couro. Observando o lado do uso impróprio (troca), vemos que é a mudança na dimensão do uso próprio que explica as diferenças na capacidade do sapato de ser trocado por outros objetos úteis.

11 Para uma análise comparativa entre a economia política de Aristóteles e a de Marx, ver Lima (2011). Esse é um ponto crítico para aprofundamento, porque, conforme Rangel, o projeto socialista indutor de utilidade é o que substitui o projeto capitalista indutor de valor. Para uma apresentação e localização dos escritos de Aristóteles sobre economia, ver Aristóteles (2011).

12 Para uma apresentação sobre a importância do valor de uso na teoria de Marx, Groll (1980, p. 339) explica como valor de uso e tempo de trabalho socialmente necessário estão relacionados, fazendo com que o valor de uso seja importante a ponto de afetar a quantidade de valor. Segundo o autor, Marx só dedica atenção à quantificação do valor de uso quando monta os esquemas de reprodução. Sobre a necessidade de revisar a ênfase na análise da forma valor em detrimento do valor de uso, ver também Keen (1993).

Figura 1 — A divisão da mercadoria em Aristóteles



Na primeira linha, uma unidade de par de sapatos de pano é apreciada no mercado como se valesse R\$ 20. Duas unidades desse mesmo objeto, com os mesmos materiais, valem o dobro, R\$ 40. Essas proporções não precisam ser exatas como no exemplo, mas devem obedecer aos limites que derivam das restrições do processo produtivo que estão relacionados com o âmbito da engenharia. Duas unidades de um mesmo tipo de objeto não podem, em situação de constância das forças produtivas, ter um valor inferior a uma única unidade desse mesmo objeto. No terceiro caso, o par de sapatos de couro vale R\$ 30 e dois pares de sapatos de couro valem R\$ 60. Ademais, existe um fator da demanda pelos itens que também tem de ser levado em consideração para incluir a dinâmica de divergência entre valores e preços. Como Rangel lembra bem, se uma quantidade muito grande de sapatos for produzida, os pares de sapato terão sua capacidade de ser trocados reduzida.

Em resumo, a conexão entre o universo da utilidade e o universo do valor não é direta, numa relação do tipo 1 para 1, mas ela existe e interfere na dinâmica das relações de equivalência entre os diversos itens úteis que formam o sistema econômico.

No raciocínio de Marx, as diferenças quantitativas de valor dos objetos úteis se explicam pelas quantidades diferentes de trabalho envolvidas no processo produtivo. Esse raciocínio também funciona, mas Rangel chama a atenção para o fato de que não haveria necessidade de reduzir a unidade de conta a tempo de trabalho. Poderia ser, por exemplo, a quantidade de energia necessária no processo produtivo, uma vez que energia é um conceito ainda mais abstrato do que trabalho humano. De fato, trabalho na dimensão puramente fisiológica sempre se refere ao *input* de energia que o humano aplica no sistema. Essa seria uma maneira alternativa de desenvolver a teoria do valor trabalho de Smith e Ricardo sem precisar desdobrá-la em trabalho concreto e trabalho abstrato, e que poderia ter hoje uma aceitação muito maior devido à dificuldade dos engenheiros em absorverem catego-

rias criadas devido ao contexto sociopolítico em que as obras teóricas de economia política foram escritas¹³.

Em suma, a mensuração da riqueza de uma sociedade transparece, duplamente, na contagem dos objetos úteis *in natura* e na contagem dos preços que esses objetos adquirem no processo de troca. Em condições especiais, há uma equivalência entre esses dois lados. O eixo quantitativo do universo dos valores de uso e o eixo quantitativo do universo do valor colapsam num mesmo vetor, de modo que todo o ímpeto de incremento de riqueza abstrata (valor) se reflete no incremento de riqueza concreta (valor de uso). Assim, há um enlace, um vínculo, um casamento entre o valor de uso e o valor.

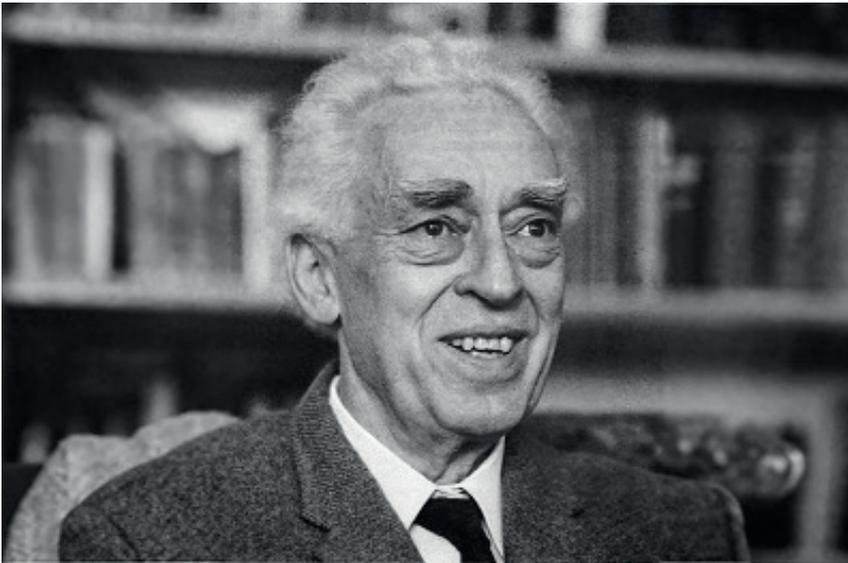
Tal aliança, que remete ao conceito de emaranhamento, pode ser a base de um projeto de enriquecimento de toda a população do Estado-nação. É pertinente, contudo, lembrar que esse tipo de projetamento não precisa ser um sistema de autogestão total, ou seja, não precisa estar completamente sob controle da classe trabalhadora¹⁴. Basta que as massas estejam tendo suas necessidades, tanto de estômago (sem polêmica) como da fantasia (com polêmica), atendidas. Nesse caso, há uma convergência entre o modelo de planificação que pode ser extraído de *O Capital* de Marx e o modelo de planejamento de Keynes, conforme Rangel anota no ponto 39, ao final do capítulo II (Rangel, 1987, p. 64). Nos dois casos, o sistema maximiza a utilidade (bens úteis) e minimiza a desutilidade (trabalho), gerando uma situação de enorme abundância material que tem o potencial, e apenas o potencial, de se converter em abundância espiritual, que se expressaria idealmente na superação da condição de alienação.

É importante notar que esse sistema de planejamento, enquanto projetamento que alinha os dois eixos contraditórios formadores da unidade designada *mercadoria*, permanece sendo uma economia em boa parte do trabalho social que funciona como trabalho assalariado, e, portanto, apesar de o capital estar funcionando segundo um programa deliberado de expansão de riqueza material do qual as massas estão efetivamente participando, ainda há uma evidente separação entre os indivíduos que cuidam do sistema e os indivíduos que “são cuidados” por ele. Ou seja, o problema da alienação não é imediatamente superado pelo mero controle sobre a lei do valor. Em outras palavras: o projetamento e a planificação em geral não são o destino final do processo de transição socialista, mas apenas uma etapa necessária no percurso para a superação da domesticação de seres humanos por outros seres humanos.

Em suma, o projetamento alinha o balanço dos diversos projetos individuais com o balanço global da economia nacional, assegurando que a perseguição de interesses particulares se converta necessariamente em benefícios públicos. O projetamento consciente é o que de fato realiza o sonho liberal de Mandeville (2017) e Adam Smith (1983) de fazer com que os espíritos animais, na expressão de Keynes, na busca pelo autointeresse material, desemboquem na criação de riquezas para toda a coletividade. Com isso emerge a possibilidade, e não a garantia, de superação do capitalismo.

13 Essa é a forma atual de defesa da teoria do valor trabalho pelos teóricos que buscam fundamentá-la empiricamente. Para uma seleção representativa de pioneiros dessa abordagem, ver Cockshott e Cottrell (1997), Petrovic (1987) e Shaikh (1998).

14 Sobre esse ponto, ver a advertência feita por Engels (s.d.) no prefácio da primeira edição alemã de *Miséria da filosofia*. A questão gira em torno do conceito de planejamento econômico em Rodbertus, e Engels explica que a planificação, por si só, não é sinônimo de superação da exploração.



Wikimedia Commons

O economista
Italiano Piero
Sraffa (1898-
1983)

4. CONTRASTE ENTRE CONTROLES DISTINTOS SOBRE A LEI DO VALOR

Quando se permanece em um alto nível de abstração, a teoria do valor que deriva da exposição anterior pode dar a entender que não há diferença substancial entre os planejamentos econômicos capitalista e socialista. Afinal, como nesse patamar de análise trabalhamos com os conceitos de utilidade e riqueza em abstrato, existe uma similaridade formal entre essas duas modalidades de planejamento da economia. Em ambos os casos, a lei do valor opera de modo a atender ao ímpeto de expansão dessa substância indeterminada, gerando um sistema de crescimento.

Essa coincidência é melindrosa e pode levar a uma visão equivocada sobre as realidades contrastantes de sistemas socioeconômicos diferentes. Tal coincidência ocorre porque, do ponto de vista da forma mercadoria, praticamente nada muda: de uma perspectiva não dialética, trata-se do mesmo esquema de reprodução ampliada de mercadorias, ou seja, de capital. Como as relações sociais que configuram esses dois sistemas não são formalmente distintas, emerge a ilusão de que não há qualquer distinção real entre os modos como a lei do valor é controlada no capitalismo e no socialismo.

Esse é o erro fundamental por trás das análises que têm resistência em reconhecer o caráter socialista da China hoje. Quando se complementa o estudo abstrato-teórico com base na realidade da geopolítica concreta, o que é um dos principais trunfos da abordagem metodológica da nova economia do projetamento em contraste com a tradição dos teóricos do valor do marxismo ocidental, descobre-se que o mesmo instrumento-meio, o controle sobre a lei do valor, pode ter resultados-objetivo reais muito diferentes.

Por exemplo, o conjunto de obras e projetos nas últimas décadas na China resultou em uma diminuição da pobreza de escala sem precedentes na história (Liu *et al.*, 2020; Chak; Jianhua; Zhang, 2021). Ademais, a interconexão territorial por meio de uma rede de transportes de alta tecnologia está replicando a história revolucionante da ferrovia dos séculos XVIII e XIX em um patamar muito superior (Jefferies, 2021). Tal desenvolvimento das forças produtivas se traduz, como ficou óbvio no enfrentamento da pandemia de covid-19,

O problema da alienação não é imediatamente superado pelo mero controle sobre a lei do valor. Em outras palavras: o projeto e a planificação em geral não são o destino final do processo de transição socialista, mas apenas uma etapa necessária no percurso para a superação da domesticação de seres humanos por outros seres humanos

em um escudo protetor de saúde pública que é abertamente admirado pela comunidade científica mundial (WHO, 2022). Em relação a indicadores mais próximos daquilo que seria qualidade de vida num nível profundo, aponta-se para um contraste nítido entre a tendência de aumento da taxa de suicídios nos Estados Unidos e a tendência de diminuição dessa taxa na China (Zhang *et al.*, 2022).

Certamente, tais dados não esgotam as possibilidades de análise comparativa, mas eles apontam para uma tendência cada vez mais reconhecida entre os analistas do campo de sistemas econômicos comparados: os resultados em termos de bem-estar social proporcionados pela nova formação econômico-social que caracteriza a China são muito melhores do que aqueles oferecidos pelas potências ocidentais que dominaram a geopolítica internacional até a crise de 2007-2008. Isso significa que a maneira como a lei do valor funciona naquele país contrasta com a operação da lei do valor no restante do mundo, ainda enroscado nas tramas do neoliberalismo. Enquanto, de um lado, o ímpeto de valorização do valor é submetido à execução de projetos conscientemente desenhados para atender às necessidades amplas das massas, do outro, a busca imediatista por lucro e poder descamba em pressão aberta pela guerra (Sachs, 2023). O imperialismo continua se movendo para jogar os povos uns contra os outros na guerra mundial, como fez em 1914, mas agora a transformação geopolítica de cooperação do Sul Global (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024) é um novo dado que pode evitar a opção pela barbárie.

O emaranhamento entre valor de uso e valor não abole a relação social de produção mercadoria, que é a base fundamental do capitalismo. Ou seja, apesar de potencialmente poder eliminar muitos problemas sociais e morais que derivam do mercado como núcleo mandante de todo o sistema, o projeto como concebido teoricamente por Rangel e posto em prática na China hoje não extingue a forma social do produto como mercadoria. Contu-

do, a depender da arquitetura desse emaranhamento, pode-se dizer que o capital permanece existindo não como fim, mas apenas como meio de ampliação de utilidades que servem não apenas ao bem comum como um todo, algo que qualquer economista humanista pode dizer, mas aos interesses e necessidades da classe trabalhadora. Nesse sentido, a transformação que tal arquitetura pode provocar é tão profunda que não poderíamos mais falar em capitalismo, que denota uma era passada, mas sim em uma nova formação socioeconômica, que aponta para o futuro.

5. SÍNTESE CONCLUSIVA

A teoria do valor que se pode extrair de um estudo fundamentado da obra *Elementos de economia do projetamento*, de Rangel, indica que existe uma modalidade de planejamento econômico complexa, que remete ao projetamento e tem consequências profundas para o debate sobre valor em geral. A principal consequência apontada e elaborada inicialmente neste artigo é a viabilidade teórica e prática de enlaçar o ímpeto de acumulação infinita de capital para garantir o aumento contínuo da produção de bens que elevam o bem-estar público em geral, e da classe trabalhadora em particular. O artigo propôs chamar esse fenômeno de emaranhamento entre valor de uso e valor.

Ao afirmar que o emaranhamento entre valor e valor de uso não supera todos os condicionantes que sustentam a relação social da produção capitalista, indicamos que a obtenção do comando sobre a lei do valor é apenas uma das etapas a ser cumprida no processo de transição rumo a um sistema social superior ao capitalismo. Em outras palavras, o controle humano sobre a lei do valor é condição necessária mas insuficiente para a transição socialista, porque, entre outras coisas, é necessário qualificar a dimensão de classe desse controle humano. O capitalismo é há muito tempo um sistema econômico planejado pela classe capitalista para viabilizar a continuidade do próprio sistema. Ou seja, não basta que a lei do valor esteja sob controle humano, esse controle precisa também estar integrado a um programa político específico, cuja meta seja a construção do comunismo e o fim da guerra interimperialista.

Esse arranjo remete, entre outras coisas, à socialização do investimento da qual Keynes (1972) fala (Jabbour; Paula, 2018), que pode culminar naquilo que ele chama de possibilidades econômicas para nossos netos: um cenário maravilhoso de abundância em que todas as pessoas se beneficiam do avanço das forças produtivas e podem, assim, aproveitar a vida. Contudo, como apontado, por si só a socialização do investimento não garante essa construção. Ela apenas alarga o espaço de ação política que pode transformar em realidade esse que é o sonho burguês desde a ascensão da modernidade.

Essa é a grande diferença entre o keynesianismo do século XX e a forma como Keynes renasce no século XXI. Keynes não retorna no Ocidente, como foi propugnado, por exemplo, por Skidelsky (2009), sob proteção da burguesia esclarecida, mas sim na China, subordinado a um programa político muito diferente daquele das grandes potências ocidentais no pós-Segunda Guerra. O renascimento de Keynes no Oriente é expressão ao mesmo tempo do fim da era neoliberal e do começo de uma nova etapa da história econômica mundial. Nesse sentido, defendemos a tese de que o modelo econômico atual da China é a política econômica mais próxima da chamada nova economia do projetamento, em razão da qual a lei do valor está sob controle do Estado chinês e sua instituição-guia, o Partido Comunista da China (PCCh).

O emaranhamento entre valor de uso e valor é um avanço científico de tremendo potencial para a configuração deliberada sobre o sistema econômico, mas, do mesmo modo que tecnologias de alto poder transformativo, como a energia nuclear, ele pode ser usado tanto para o bem como para o mal. Melhor dizendo: em defesa da classe trabalhadora ou contra ela

A abordagem original e corajosa de Ignácio Rangel promove um encontro único entre Marx e Keynes, redundando numa visão do conceito de utilidade que une Aristóteles aos dois autores que representam, ainda hoje, a fronteira científica em economia política. Nesse sentido, o socialismo pode ser entendido como uma economia de transição em que o valor estaria em processo de superação, de longo prazo, não apenas por uma economia planejada de qualquer tipo, mas por uma “na qual o nômeno é o projeto produtor de utilidade” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 233).

A abordagem desenvolvida no presente artigo está de acordo com esse ponto, mas também propõe um passo adiante na reflexão teórica sobre o valor. O emaranhamento entre valor de uso e valor não significa a vitória do primeiro sobre o segundo, como parece ficar subentendido, por exemplo, na abordagem do antivalor realizada por Oliveira (1988). Em outras palavras, a união das metades antagonônicas que formam a mercadoria não significa, ainda, a superação daquela condição alienante que subjaz a essa forma. Por outro lado, é verdade que tal união, chamada aqui de modo mais técnico de emaranhamento, pode, a depender de como for feita, ampliar as condições objetivas para que a população trabalhadora supere essa condição. Tudo depende do desenrolar da luta de classes na prática. Daí a importância do marxismo, não apenas como quadro analítico-interpretativo, mas como efetivo exercício do poder político.

Em síntese: o emaranhamento entre valor de uso e valor é um avanço científico de tremendo potencial para a configuração deliberada sobre o sistema econômico, mas, do mesmo modo que tecnologias de alto poder transformativo, como a energia nuclear, ele pode ser usado tanto para o bem como para o mal. Melhor dizendo: em defesa da classe trabalhadora ou contra ela. Considerando o contraste empírico entre a política econômica ocidental comandada pelas altas finanças, que provoca guerras e violação à soberania dos povos, e o exemplo da

China, que vem agregando nações em torno de um destino comum para a humanidade (Liu; Zhang, 2018), é difícil ficar em dúvida sobre qual modalidade de controle sobre a lei do valor mais se aproxima dos interesses da classe trabalhadora internacional.

* Graduado em Economia pela Goethe-Universität (Frankfurt a.M., Alemanha), mestre e doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atua no ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Goiás (UFG) desde 2013 com os temas: “Economia solidária”, “História do pensamento econômico” e “Economia política”. Autor do livro *Law of value and theories of value: symmetrical critique of classical and neoclassical political economy* (Brill, 2022 e Haymarket, 2023). E-mail: tiagocamarinhalopes@ufg.br

► Texto recebido em 28 de outubro de 2024; aprovado em 27 de novembro de 2025.

- ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. **Manual de economia política**. Rio de Janeiro: Vitória, [1954] 1961.
- ARISTÓTELES. Econômicos. Tradução e introdução por Delfim F. Leão. In: MESQUITA, Antônio P. (Org.). **Econômicos**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Coleção Obras Completas, v. 3, t. 2).
- CASTRO, Márcio H. Elementos de economia do projeto. In: HOLANDA, Felipe M.; ALMADA, Jhonatan; PAULA, Ricardo Z. A. de (Ed.). **Ignácio Rangel, decifrador do Brasil**. São Luís: Edufma, 2014. p. 202-228.
- CHAK, Tings; JIANHUA, Li; ZHANG, Lilian. Serve the people: the eradication of extreme poverty in China. **Studies on Socialist Construction**, n. 1, July 23, 2021. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/studies-1-socialist-construction>>. Acesso em: 3 fev. 2022.
- COCKSHOT, Paul Cockshott; COTTRELL, Allin. Labour time versus alternative value bases: a research note. **Cambridge Journal of Economics**, v. 21, p. 545-549, 1997.
- EINSTEIN, Albert. Letter to Born, 3rd March 1947. In: ATKINS, Paul (Ed.). **The Born-Einstein letters**: correspondence between Albert Einstein and Max and Hedwig Born from 1916-1955, with commentaries by Max Born. New York: Macmillan, 1971. p. 157-158.
- ENGELS, Friedrich. Preface to the first German edition [of The poverty of philosophy]. **Marxists Internet Archive**, [1885] [s.d.]. Disponível em: <www.marxists.org/archive/marx/works/1847/poverty-philosophy/pre-1885.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- _____. **Wertgesetz und Profitrate**: Erster Nachtrag zu Buch 3 des Kapitals. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manuskripte und redaktionelle Texte zum dritten Buch des "Kapitals". Berlin: Akademie Verlag, [1895-1896] 2003.
- GROLL, Shalom. The active role of "use value" in Marx's economic analysis. **History of Political Economy**, v. 12, n. 3, p. 236-371, 1980.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Dossiê n. 72**: a agitação da ordem global. [S.l.]: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 23 jan. 2024. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-agitacao-da-ordem-global>>. Acesso em: 25 out. 2024.
- JABBOUR, Elias; CAPOVILLA, Cristiano. Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projeto na China de hoje. **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 3, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.281848>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Ignácio Rangel na China e a nova economia do projeto. **Economia e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. 287-310, 2021.
- _____; ESPÍNDOLA, Carlos. China and market socialism: a new socioeconomic formation. **International Critical Thought**, v. 11, n. 1, p. 20-36, 2021.
- _____. Considerações iniciais sobre a "nova economia do projeto". **Geosul**, v. 35, n. 75, p. 17-42, 2020.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 4, p. 90-105, 2021.
- JABBOUR, Elias et al. A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, v. 35 n. 77, p. 17-48, 2020.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.
- JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. A China e "socialização do investimento": uma abordagem Keynes-Gershenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198055272217>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- JABBOUR, Elias; RODRIGUES, Bernardo Salgado. A "nova economia do projeto" no combate à covid-19 e as capacidades estatais chinesas como força política estratégica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, n. 2, p. 1-29, 2021.
- JEFFERIES, William. China's accession to the WTO and the collapse that never was. **Review of Radical Political Economics**, v. 53, n. 2, p. 300-319, 2021.
- KEEN, Steve. The misinterpretation of Marx's theory of value. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 15, n. 2, p. 282-300, 1993.
- KEYNES, John Maynard. Economic possibilities for our grandchildren. In: _____. **Essays in persuasion**. Cambridge: The Royal Economic Society, [1930] 1972.
- KNISPEN, Benjamin. Einstein's unwanted phantom. **Max Planck Institute**, January 7, 2008. Disponível em: <www.aei.mpg.de/189025/einstein-s-unwanted-phantom>. Acesso em: 26 out. 2024.
- LANGE, Oskar. **Moderna economia política**: princípios gerais. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- LIMA, Alexandre. **Economia política em Aristóteles e a perspectiva de Marx**. 2011. Tese (Doutorado em Filosofia) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96073>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- LIU, Hong; ZHANG, Yuxuan. Building a community of shared future for humankind: an ethnological perspective. **International Journal of Anthropology and Ethnology**, v. 2, n. 7, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s41257-018-0015-1>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

- LIU, Mingyue et al. China's poverty alleviation over the last 40 years: successes and challenges. **Australian Journal of Agricultural and Resource Economics**, v. 64, p. 209-228, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-8489.12353>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- LOPES, Tiago Camarinha. As fases históricas do debate sobre a transformação dos valores em preços de produção. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 2, p. 315-335, jun. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572012000200010>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- _____. Continuidade e ruptura em economia política ou quantidade e qualidade na teoria do valor. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 697-730, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642131>>. Acesso em: 4 mar. 2022.
- _____. Formal similarity and real distinction between capitalist and socialist economic planning. **Structural Change and Economic Dynamics**, October 11, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.strueco.2024.09.018>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- _____. **Law of value and theories of value**: symmetrical critique of classical and neoclassical political economy. Leiden: Brill, 2022.
- _____. Technical or political?: the socialist economic calculation debate. **Cambridge Journal of Economics**, v. 45, n. 4, p. 787-810, July 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/cje/beab008>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- _____; NEDER, Henrique Dantas. Sraffa, Leontief, Lange: the political economy of input-output economics. **Economia**, v. 18, n. 2, p. 192-211, May-August 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.econ.2016.08.001>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas ou Vícios privados, benefícios públicos**. São Paulo: Editora Unesp, [1705] 2017.
- MARTINELLI, Marcelo. **Emaranhamento e o Nobel de Física de 2022**. Instituto de Física, USP, 2022. Disponível em: <<https://portal.if.usp.br/imprensa/pt-br/node/3861>>. Acesso em: 26 out. 2024.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, [1867] 1985.
- MENGER, Carl. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, [1871] 1988.
- MISES, Ludwig von. Economic calculation in the socialist commonwealth. In: HAYEK, Friedrich A. (Ed.). **Collectivist economic planning**. London: Routledge & Kegan Paul, [1920] 1935. p. 87-130.
- NOVAES, Marcel; Studart, Nelson. **Mecânica quântica básica**. São Paulo: Livraria da Física, 2016.
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, p. 8-28, 1988.
- PETROVIC, Pavle. The deviation of production prices from labor values: some methodological and empirical evidence. **Cambridge Journal of Economics**, v. 11, n. 3, p. 197-210, 1987.
- PREOBRAJENSKI, Ievguêni. **A nova econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1920] 1972.
- QUESNAY, François. **Análise do quadro econômico**. São Paulo: Nova Cultural, [1758] 1996.
- RANGEL, Ignácio. **Elementos de economia do projetamento**. São Paulo: Bienal, [1959] 1987.
- SANTOS, Daniel Cavalcanti. **Em busca de um entendimento completo acerca do emaranhamento**. 2006. Dissertação (Mestrado em Física) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IACO-6W6SDA>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- SHAIKH, Anwar. The empirical strength of the labour theory of value. In: BELLOFIORE, Riccardo. (Ed.). **Marxian economics**: a reappraisal. London: Macmillan, 1998. v. 2, p. 225-251.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, [1776] 1983.
- SACHS, Jeffrey. US neocons are warmongering around the world to dominate the globe. **International Conference for Peace in Vienna**, June 19, 2023. Disponível em: <www.jeffsachs.org/interviewsandmedia/belligerent-us-foreign-policies>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- SRAFFA, Piero. **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. São Paulo: Abril Cultural, [1960] 1983.
- STÁLIN, Josef. **Problemas econômicos do socialismo na URSS**. Rio de Janeiro: Vitória, 1952.
- SKIDELSKY, Robert. **Keynes**: the return of the master. London: Allen Lane, 2009.
- ZHANG, Jie et al. Changes and explanations of suicide rates in China by province and gender over the past three decades. **Journal of Affect Disorders**, n. 299, p. 470-474, 2022.
- WHO. **WHO COVID-19 dashboard**. Geneve: World Health Organization, 2022. Disponível em: <<https://covid19.who.int/table>>. Acesso em: 23 out. 2024.
- WRIGHT, Ian. The emergence of the law of value in a dynamic simple commodity economy. **Review of Political Economy**, v. 20, n. 3, p. 367-391, 2008.